

ALGUNS TÓPICOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE OS AÇORES E A GRÃ-BRETANHA

(DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL)

por
LUÍS ANDRADE *

ABSTRACT

The main objective of this article is to analyse the relations (mainly geostrategic) between Great Britain and the Azores from 1939 to 1945.

During this period, the British interest over the Azores was due primarily to its important geographic position almost in the middle of the North Atlantic, which also contributed to the defeat of Germany.

RESUMO

Neste artigo analisa-se, de uma forma necessariamente sucinta, as relações, nomeadamente de natureza geoestratégica, entre os Açores e a Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial. Podemos constatar, que, durante este período, o interesse da maior potência marítima pelo arquipélago dos Açores, assentava na sua relevante situação geográfica quase a meio do Atlântico Norte, o que contribuiu também para a derrota da Alemanha.

DESDE há muito que as relações entre o arquipélago dos Açores e a Grã-Bretanha se revestem de uma importância assinalável, nomeadamente para este último país.

Tanto os Açores como as ilhas britânicas e a Islândia foram fundamentais ao longo do último conflito mundial na luta contra o expansionismo nazi na Europa Ocidental. Foi, de facto, invocando a aliança multissecular que une Portugal à Inglaterra que os britânicos obtiveram as tão desejadas facilidades neste arquipélago, a fim de, mais facilmente, conterem a potência continental. Podemos, pois, afirmar,

* Assistente da Universidade dos Açores.

que as relações mais importantes entre a Grã-Bretanha e os Açores durante o último conflito mundial foram de natureza geoestratégica. A privilegiada situação geográfica dos Açores, quase a meio do Atlântico Norte, concedeu-lhe esse valor geopolítico e geoestratégico.

Sendo a Inglaterra, na altura, a mais importante potência marítima do mundo, a sua política externa tinha como um dos objectivos fulcrais a liberdade de navegação nos mares. Como consequência, tornava-se imprescindível que os Açores não estivessem sob o poder de uma nação inimiga neste caso a Alemanha Nacional-Socialista. Conjuntamente com a Islândia, a utilização deste arquipélago permitiu aos aliados o controlo de todo o Atlântico Norte, facto que era essencial para que a Grã-Bretanha continuasse a resistir aos alemães. Sem o domínio dos mares, tanto a população como a indústria britânicas corriam o sério risco de soçobrarerem perante a ameaça nazi.

O pensamento estratégico britânico assim como o norte-americano, assentavam fundamentalmente nas doutrinas desenvolvidas por Halford Mackinder¹ e Alfred Mahan. Foi este, de facto, quem realçou a importância que tem para um país marítimo, dotado de uma longa costa, o domínio dos mares e de possuir um poder naval apoiado em bases militares e estratégicas ultramarinas. Mahan refere-se especificamente à posição ocupada por Portugal no mundo, como à das suas ilhas e império colonial, como tendo sido um dos elementos fundamentais do poder naval britânico. E tudo isto devido à aliança luso-britânica. Enquanto os portos portugueses serviram de abrigo e abastecimento aos navios ingleses estes protegeram o comércio português com o Brasil².

Mais tarde, e já durante a Primeira Guerra Mundial, os ingleses tinham alertado o Governo Português para que este não atribuisse concessões para depósitos de carvão ou outras facilidades a qualquer outra potência nos seus portos do Atlântico. Por outro lado, os britânicos asseguraram unilateralmente a defesa dos portos portugueses não continentais.

No entanto, foi durante a Segunda Guerra Mundial que os Açores prestaram um enorme serviço não apenas à Inglaterra mas também aos E.U.A. e, por conseguinte, aos Aliados em geral. Tão importante foi tal apoio que os governos destes países estavam decididos a ocupá-los caso não lhes fossem concedidas as facilidades que pretendiam no arquipélago³, e esta decisão justificava-se no seu entender devido ao facto de, através da utilização dos Açores, se poder reduzir substancialmente as quantidades de combustível necessárias para

desenvolver as operações militares aliadas dando origem a um decréscimo significativo no número de horas de voo no que diz respeito aos pilotos e às máquinas. Mas, para além disso, a situação geográfica dos Açores, mais a sul do que a da Islândia, concedia-lhe condições climáticas menos severas do que as que caracterizavam este país, nomeadamente no Inverno.

Nesta base se entendem as negociações entre Portugal e a Inglaterra e o rumo que seguiram.

Como foi referido, o pedido britânico de facilidades teve como fundamento a aliança luso-britânica de 1373. Ao invocá-la, o governo Inglês pretendia instalar uma base aero-naval no arquipélago dos Açores a fim de poder, mais facilmente, fazer face à ameaça submarina alemã no Atlântico Norte.

Desde o início da *Segunda Guerra Civil do Ocidente*, expressão utilizada pelo Professor Adriano Moreira⁴, os submarinos alemães haviam perturbado seriamente o normal tráfego marítimo entre os E.U.A. e a Europa, tráfego esse que era essencial à sobrevivência deste continente na sua luta contra a ameaça da potência continental desestabilizadora.

R. E. Vintras refere que apenas entre Janeiro e Dezembro de 1942, 1160 navios totalizando 6.266.215 toneladas foram afundados pelos submarinos alemães.

Só no Atlântico setentrional tinham sido afundadas 5.480.000 toneladas de navios.

No último quartel de 1943 (só a partir de Outubro se fizera sentir a presença dos Aliados nos Açores) foram afundados 53 submarinos inimigos e perderam-se apenas 146.000 toneladas em navios⁵. Estes números realçam a importância dos Açores no âmbito da política externa britânica dessa altura.

Era, por consequência, absolutamente indispensável que este arquipélago estivesse ao lado dos Aliados na luta contra a Alemanha.

O Foreign Office, porém, nunca aceitou uma ocupação militar pela força deste arquipélago.

Anthony Eden refere nas suas Memórias⁶ que sempre foi da opinião de que as facilidades pretendidas pelo seu país deveriam ser adquiridas apenas pela via diplomática o que, na realidade, aconteceu em Agosto de 1943. É importante referir que Salazar só entendeu conceder tais facilidades quando o desfecho do conflito parecia inclinar-se para o lado dos Aliados.

O pedido oficial britânico foi efectuado pelo Embaixador de Sua Majestade em Lisboa, R. H. Campbell, no dia 16 de Julho de 1943 e o acordo foi assinado a 17 de Agosto no mesmo ano, tendo as tropas inglesas iniciado a utilização das facilidades a 8 de Outubro.

No âmbito das relações internacionais, os países fracos defrontam situações que dificilmente podem alterar. Assim, o nosso país viu-se coagido a conceder as facilidades pretendidas pelos britânicos e, mais tarde, pelos norte-americanos, caso contrário, correria o risco de ver o seu território (Açores) ocupado por tropas aliadas. Aliás, o Embaixador de Portugal em Londres na altura, Armindo Monteiro, em carta enviada a Salazar, refere que devido à necessidade dos Aliados «acumularem no Norte de África grandes massas de material e de homens para as ofensivas que se desenham no litoral do Mediterrâneo (e) uma vez desencadeadas estas, manter ininterruptamente a corrente de material e de homens para as alimentar sem desfalecimento ou interrupção, exige como ponto essencial plena liberdade e segurança de movimentos no Atlântico, tanto quanto possível pela linha mais curta». Na sequência disto escreveu ainda: «o simples enunciado destas necessidades mostra a importância do papel que os Açores — pelo menos os Açores — desempenham nos planos Aliados. Era inevitável a utilização destes pelas suas forças»⁷. Adiantou ainda aquele Embaixador, na sequência do que foi acima exposto, que a condição de conservação do arquipélago dos Açores sob a nossa bandeira estava na boa vontade com que os puséssemos ao serviço da causa de quem dominava o Atlântico nessa altura.

É, pois, evidente que, para o governo Português, não havia outra alternativa senão conceder as facilidades que os britânicos pretendiam. E o Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros fez exactamente aquilo que tinha que fazer, assim pensamos.

Existiam também nessa altura vários problemas por resolver no âmbito do relacionamento bilateral entre os dois países. Citamos, por exemplo, os efeitos nefastos, para Portugal, decorrentes do bloqueio levado a cabo pela Inglaterra e o deficiente armamento e equipamento das nossas forças armadas.

Por outro lado, a Grã-Bretanha protestava energicamente contra as nossas exportações, nomeadamente de volfrâmio, para a Alemanha. Independentemente de Portugal ter sido, desde o início do conflito, um país neutro, manteve relações, designadamente de natureza económica e comercial, com a Alemanha, o que, obviamente, não era bem visto pelos Aliados.

No que diz respeito a esta matéria, entendemos não se dever descurar o facto de que Portugal, por outro lado, necessitava da protecção da esquadra britânica a fim de garantir o acesso não só às suas ilhas do Atlântico mas principalmente às suas colónias ultramarinas.

Além disso, a manutenção da integridade e soberania portuguesas sobre todas essas colónias era e foi, até ao 25 de Abril de 1974, um dos pontos fundamentais da política externa do nosso país. O Governo Português entendia, pois, perfeitamente, que sem o auxílio britânico, esse objectivo poderia vir a estar seriamente comprometido.

Para além deste aspecto, teria que haver todo o cuidado no nosso relacionamento com a Espanha. Devido ao Tratado de Amizade e Não-Agressão assinado pelos dois países em 1939 e o seu Protocolo Adicional de 1940, Portugal tinha que informar o seu vizinho da concessão de facilidades aos britânicos nos Açores.

Apercebemo-nos, pois, que toda a problemática relacionada com a autorização da utilização das Lajes pelos britânicos foi muito complexa. Portugal, como país manifestamente marítimo e com uma política externa que se definia e define como sendo atlântica, não poderia de facto deixar de se associar à potência marítima da altura. Era uma necessidade quase de sobrevivência política e económica do país.

Após a celebração deste acordo, a Grã-Bretanha iniciou a utilização da base das Lajes, conseguindo, desse modo, efectuar uma cobertura aérea muito mais alargada do Atlântico Norte, permitindo assim que as comunicações, entre os Estados Unidos ou as Índias Ocidentais e o Mediterrâneo, as Índias Ocidentais e o Reino Unido, a América do Sul e o Reino Unido, o Reino Unido e o Mediterrâneo e o Reino Unido e a África Ocidental, o Cabo da Boa Esperança e para Oriente, se efectuassem com maior segurança.

Vê-se, por conseguinte, que o arquipélago dos Açores foi fundamental no âmbito da política externa britânica, pois para além de ter contribuído decisivamente para que as ligações marítimas se processassem com maior segurança, havia todo o interesse por parte do Reino Unido em evitar que os cabos submarinos que amarravam neste arquipélago ficassem em poder do inimigo.

Todos estes aspectos explicam o facto de Portugal ter sido um dos países fundadores da Aliança Atlântica em Abril de 1949, cabendo aos Açores relevância nesse sentido.

Consolidava-se assim uma comunidade atlântica na qual, a Grã-Bretanha e Portugal, além de outros países, procuraram a consecução

dos objectivos já antes propostos: a defesa das liberdades fundamentais dos povos e a segurança do Atlântico Norte.

Como se verificou, as relações entre os Açores e a Grã-Bretanha, que vêm de longa data, atingiram o seu auge durante a Segunda Guerra Mundial em virtude, nomeadamente, de factores de ordem geoestratégica que prevaleceram sobre quaisquer outros. Uma vez mais — e na situação focada — predominam os interesses dos países mais poderosos em detrimento dos mais fracos, como acontecera já no final do século passado com o Ultimato inglês ao nosso país, motivado principalmente por questões relativas a África. O relacionamento bilateral dos Açores ou a propósito dos Açores, com a Grã-Bretanha está a documentar esta constante nas relações entre os Estados.

A.T. Mahan o confirma referindo que a Inglaterra, socorrendo-se da Aliança luso-britânica, sempre extraíra grandes vantagens do seu relacionamento com Portugal, nomeadamente durante conflitos com outras potências europeias⁸. E noutro passo: «In truth Portugal is nearer to the sea than to Spain, and must fall naturally under the influence of the power controlling the sea ... In and through all, Portugal, for a hundred years, had more to gain and more to fear from England than from any other power»⁹.

No pós-guerra, com a substituição da Inglaterra pelos E.U.A. como potência marítima mais poderosa do mundo, os Açores são envolvidos novamente no âmbito da Estratégia internacional tanto a nível multilateral (NATO) como a nível bilateral (E.U.A.), o que realça de igual modo a contribuição da importância geoestratégica do arquipélago açoriano para aquela potência marítima.

NOTAS

¹ Halford J. Mackinder, *Democratic Ideals and Reality*, Henry Holt and Company, New York, 1942.

² A. T. Mahan, *The Influence of Sea Power upon History (1600-1783)*, Little, Brown and Company, Boston, 1903, p. 320.

³ Veja-se *the Memoirs of Field-Marshal the Viscount Montgomery*, Collins, St, James's Place, London, 1958, p. 70 e Arthur Bryant, *The Turn of the Tide*, Doubleday and Company, Inc, Garden City, New York, 1957, p. 545.

⁴ Adriano Moreira, *A Europa em Formação*, Separata do Boletim de Geografia, Lisboa, 1974.

⁵ Cf. R. E. Vintras, *História Secreta da Base dos Açores (the Portuguese Connection)*, Lisboa 1975, pp. 97-100.

⁶ Anthony Eden, *The Reckoning*, Cassel and Company, London, 1965, pp. 390-400.

⁷ *Dez Anos de Política Externa*, vol. 12, Doc. n.º 110, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1985, p 183.

⁸ A. T. Mahan, *op. cit.*, p. 320.

⁹ *Ibid.*, p. 208.